

A Inserção da Educação Sexual na Educação Infantil: o que pensam os futuros pedagogos? ¹

Francisco Nunes de Sousa Moura ²

Rayanne Barroso Silva ³

Thais Borges Moreira ⁴

Raquel Crosara Maia Leite ⁵

RESUMO

O objetivo deste trabalho incide em investigar a promoção da educação sexual para a educação infantil mediante opinião de licenciandos em Pedagogia relacionado a tal oferta nos documentos oficiais da educação. Para a realização desta pesquisa qualitativa, aplicou-se um questionário a 14 alunos de um curso de Pedagogia, solicitando comparação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI), documento anexo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) à educação infantil, além de discorrerem suas percepções sobre a inserção da sexualidade na educação infantil. Observou-se que os discentes indicaram não haver ou não sabiam da menção sobre identidade de gênero e expressão da sexualidade no RECNEI, enquanto houve assinalações afirmativas de citação na BNCC, o que denota falta de conhecimento dos sujeitos da pesquisa com a promoção da temática em destaque. Assim, constata-se a necessidade de investimentos nas universidades para aprofundamento sobre educação sexual no tocante a conhecimento desta temática, além de inseri-la no currículo das escolas.

Palavras-chave: Sexualidade, Ensino de Ciências, Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Quando se fala de educação infantil, deve-se lembrar primeiramente da Constituição de 1988, que reconheceu como direito da criança pequena o acesso à educação infantil – em creches e pré-escolas e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que tomou como base a Constituição, mas que colocou a criança no lugar de sujeito de direitos em vez de tratá-la apenas como objeto de tutela (CERISARA, 2002). Ainda sobre direitos constitucionais, destaca-se também o que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente em dois artigos citados abaixo.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

¹ Esta pesquisa incide em um relato de pesquisa, contendo auxílio financeiro da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestrando em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, nunes.moura@alu.ufc.br;

³ Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, rayanne.barroso@gmail.com;

⁴ Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, thais.ufc@hotmail.com

⁵ Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Associada do DTPE/FACED/UFC; professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). raquelcrosara@hotmail.com

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019). (BRASIL, 1990, p.17).

Em relação à educação infantil, por muito tempo, esteve sob a responsabilidade exclusiva da família, pois era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. Com a revolução industrial e a inserção da mulher nas fábricas, as crianças acabavam ficando sob os cuidados de uma única mulher, que também estava vendendo seu tempo para ganhar dinheiro. Essas mulheres não tinham uma proposta institucional, sendo as atividades desenvolvidas relacionadas ao desenvolvimento de bons hábitos de comportamento e de internalizar regras morais eram reforçadas nos trabalhos dessas mulheres (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

No tocante ao ensino na educação infantil, elaboraram-se alguns documentos nacionais que regem as formações nesta etapa de ensino, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI). Este foi um documento produzido pelo Ministério da Educação (MEC) no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). A versão final do RECNEI foi organizada em três volumes: Introdução; Formação pessoal e social; e Conhecimento do mundo. Existiram muitas críticas feitas à forma que este documento foi desenvolvido, sobretudo na necessidade de maior tempo para leitura e organização do mesmo. Além disso, existem muitas críticas sobre se de fato este documento trouxe avanços para a educação infantil (CERISARA, 2002).

A leitura da versão final do RCNEI reafirma o quanto foi prematura a elaboração deste documento, uma vez que ainda persiste a necessidade de um amadurecimento da área, inclusive para saber se cabe dentro da especificidade da educação infantil um documento denominado Referencial Curricular, em função dos sentidos que o termo 'currículo' carrega (CERISARA, 2002, p. 335).

O documento mais recente que regula a educação infantil no Brasil foi aprovado em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela é um documento norteador dos currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil (BRASIL, 2017).

Os apontamentos são de caráter significativo para nortear os assuntos abordados no curso de Pedagogia, em que segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais deste curso, ele é

responsável pela formação de sujeitos da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental (BRASIL, 2006).

Na formação inicial de professores pedagogos, segundo Leão e Ribeiro (2013, p. 285) a “sexualidade é uma das questões controversas presentes no cenário escolar, porém, o currículo oficial do curso de Pedagogia não lhe dá a devida importância.” De acordo com os autores, a sexualidade fica vista de maneira secundária e dispensável na formação dos futuros pedagogos. Isso promove a formação de professores que se sentirão despreparados para abordar questões referentes ao ensino de sexualidade nas salas de aulas.

Segundo os achados dos autores em destaque, fica claro que “[...] embora a formação no curso de Pedagogia não oportunize aos discentes o contato com questões de sexualidade, eles sentem essa necessidade formativa.” (LEÃO; RIBEIRO, 2013, p. 288). Dessa forma, o currículo desses cursos de formação docente precisa disponibilizar mais espaço para essas discussões. Tais discussões muitas vezes acontecem dentro do currículo oculto, mas o currículo real precisa contemplar melhor esse tema (LEÃO; RIBEIRO, 2013).

Frente a isso, a educação sexual enfrenta um dos seus momentos de maior perseguição política e moral nas escolas. A presente realidade decorre graças ao conservadorismo e ao fundamentalismo religioso que vem crescendo e devastando o que tínhamos feito de progresso nessa área de ensino. Em meio a essa cruzada nas escolas, a geração atual de adolescentes tem falado cada vez mais das suas questões sexuais em ciclos sociais e as crianças estão mais presentes nos crescentes números de violência sexual do Brasil. Assim, a pesquisa envolvendo temas com a educação sexual é importante para entendermos como iremos enfrentar esse completo retrocesso.

Diante o exposto, o objetivo geral deste trabalho incide em investigar a promoção da educação sexual para a educação infantil mediante opinião de licenciandos em Pedagogia relacionado a tal oferta nos documentos oficiais da educação como os PCN e a BNCC, comparando com os postulados de tais documentos; e discorrer quanto a opinião dos discentes sobre a implementação deste conteúdo no nível de ensino em destaque.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem qualitativa. Este trabalho foi realizado em um curso de Pedagogia, especificamente na disciplina de ensino de ciências, como uma forma de investigar a opinião dos alunos sobre a promoção das temáticas

gênero e sexualidade em documentos oficiais da educação e indagá-los a importância da inserção do tema educação sexual em suas futuras práticas de ensino.

Este é um estudo inicial realizado para apresentação nas turmas de Ensino de Ciências do Curso de Pedagogia, sendo a inspiração para uma análise mais aprofundada dos documentos em relação à temática sexualidade. Assim, uma questão que emergiu foi se os estudantes já tinham algum conhecimento sobre o tema e o que achavam sobre isto.

Neste contexto, propôs-se a comparação das informações explícitas quanto a temática sexualidade no RECNEI, documento aliado aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para promoção de conteúdos à educação infantil, e a BNCC para a educação infantil, no tocante a constatarem as diferenças sobre a abordagem da temática nos distintos documentos, o que denotou na aplicação prévia de questionário diagnóstico aos discentes da instituição de ensino para coleta de dados, com o intento de detectar suas opiniões antes da apresentação dos documentos curriculares.

No questionário, o qual foi construído de forma estruturada, os discentes compararam a explicitação de conteúdos nos PCN e na BNCC, segundo suas opiniões e descreveram quanto a importância da inclusão do tema educação sexual na educação infantil. A turma era constituída por 22 alunos. Entretanto, nesta pesquisa houve um total 14 participantes, 1 do gênero masculino e 13 do gênero feminino, com idade variando entre 20 a 41 anos. É precípuo destacar a recusa de um dos alunos para responder ao questionário, e os demais 7 discentes faltaram a aula ou chegaram após aplicação do questionário. Para manter o anonimato dos pesquisados, os sujeitos serão identificados como E1, E2, E3... E14.

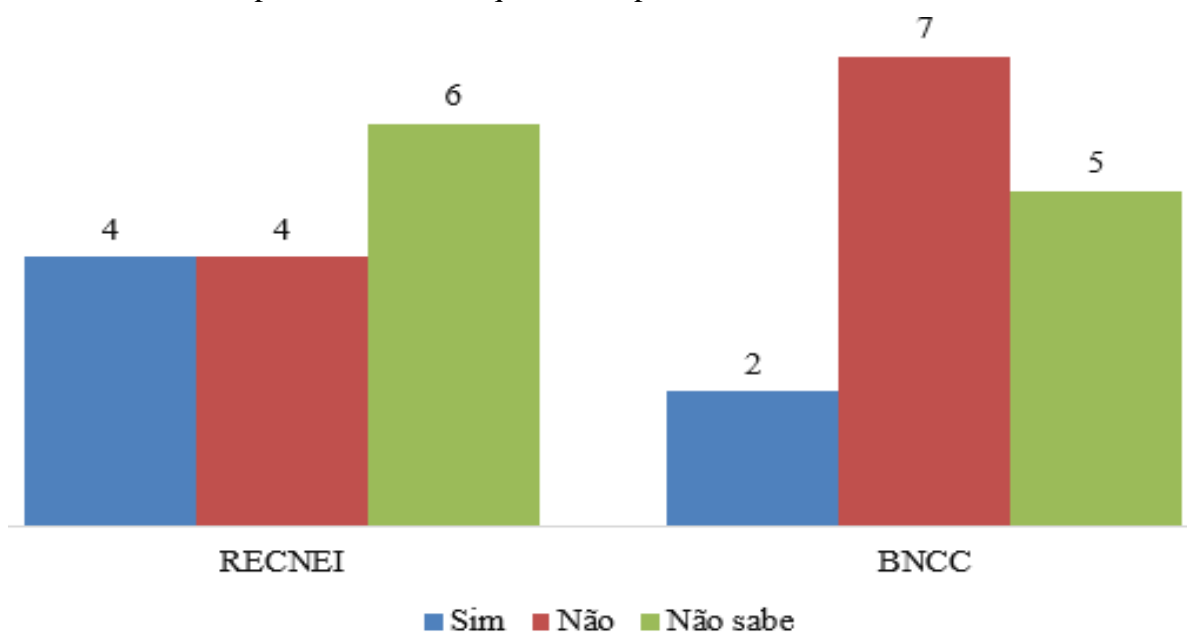
Como método de interpretação dos dados, será utilizado a análise de conteúdo, na qual de acordo com os descritos de Campos (2004, pág. 611) é “compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento”. É importante ressaltar que nesta pesquisa, os pesquisados poderiam optar por desistir em qualquer momento e estavam conscientes na resolução do questionário, não sofreram nenhum risco mental e/ou físico e possuem suas identidades conservadas. Assim, este trabalho segue os preceitos éticos preconizados pela resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os discentes iniciaram suas respostas comparando o aparecimento explícito dos conteúdos vinculados a sexualidade no RECNEI e na BNCC, tais como, expressão da

sexualidade, respeito à diversidade e identidade de gênero à educação infantil, como uma forma de investigar o conhecimento destes sobre as diferentes abordagens nos dois documentos, podendo responder sim (concordando com o aparecimento explícito do conteúdo no documento); não (discorda da menção explícita do assunto); ou não sabia opinar sobre o aparecimento da citação nos documentos. O gráfico 1 mostra as primeiras respostas dos alunos quanto a abordagem nos arquivos relacionado a expressão da sexualidade.

Gráfico 1 - Respostas dos alunos quanto a expressão da sexualidade nos PCN e BNCC.



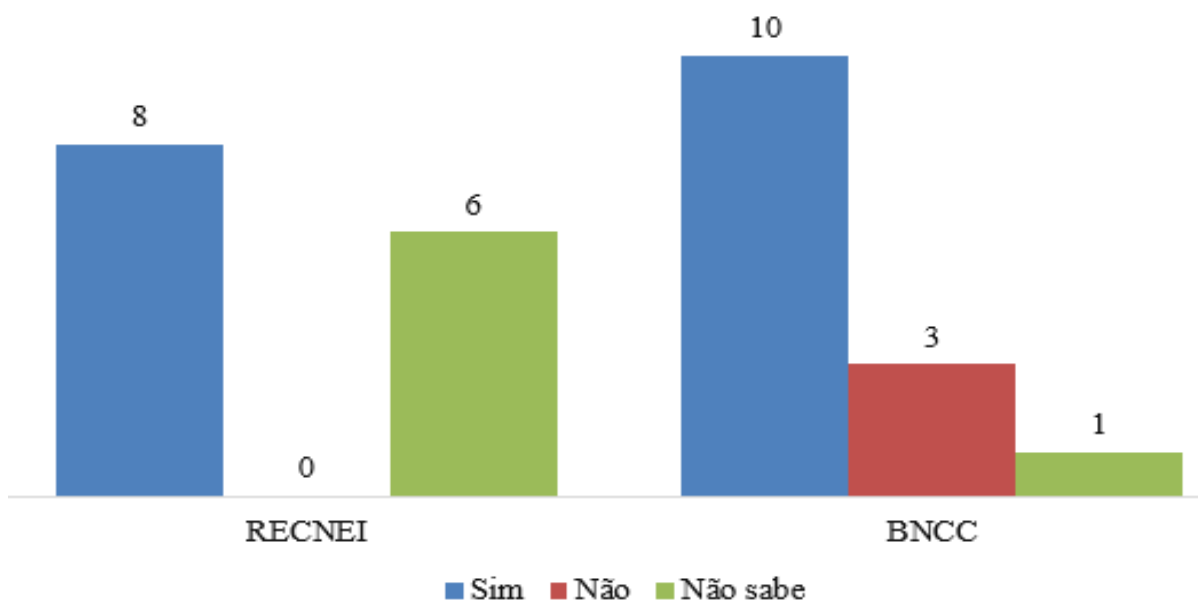
Fonte: os autores.

Observa-se que relacionado a temática expressão da sexualidade nos PCN, a maioria dos alunos não sabe opinar quanto a sua inserção no documento, mas relacionado a BNCC, em prominência se aponta não estar presente no documento curricular. Contudo, relacionado a explicitação desta temática, o RECNEI (BRASIL, 1998, p. 17) faz tal inserção e diz que entende a sexualidade humana como “algo inerente, que está presente desde o momento do nascimento, manifestando-se de forma distintas segundo fases da vida”.

Indo ao encontro das ponderações, destaca-se que o RECNEI apresenta a temática expressão da sexualidade em sua proposta curricular, sendo o tema retirado na BNCC. Ao discutir sobre esta decisão de mudanças curriculares durante a aula, os pesquisados destacaram retrocesso na formação cidadã, pois compreendem esta temática como uma forma de acompanhar o desenvolvimento das manifestações sexuais da criança. Entretanto, como é perceptível ainda no gráfico 1, relacionado aos PCN, os pesquisados ficaram na dúvida se o documento mais antigo indicava a promoção do ensino de sexualidade, considerando o período

com maior frequência de tabus. Complementarmente, o gráfico 2 demonstra as respostas voltadas a outra temática, respeito à diversidade.

Gráfico 2 - Opinião dos alunos sobre menção do respeito à diversidade nos PCN e BNCC.



Fonte: os autores.

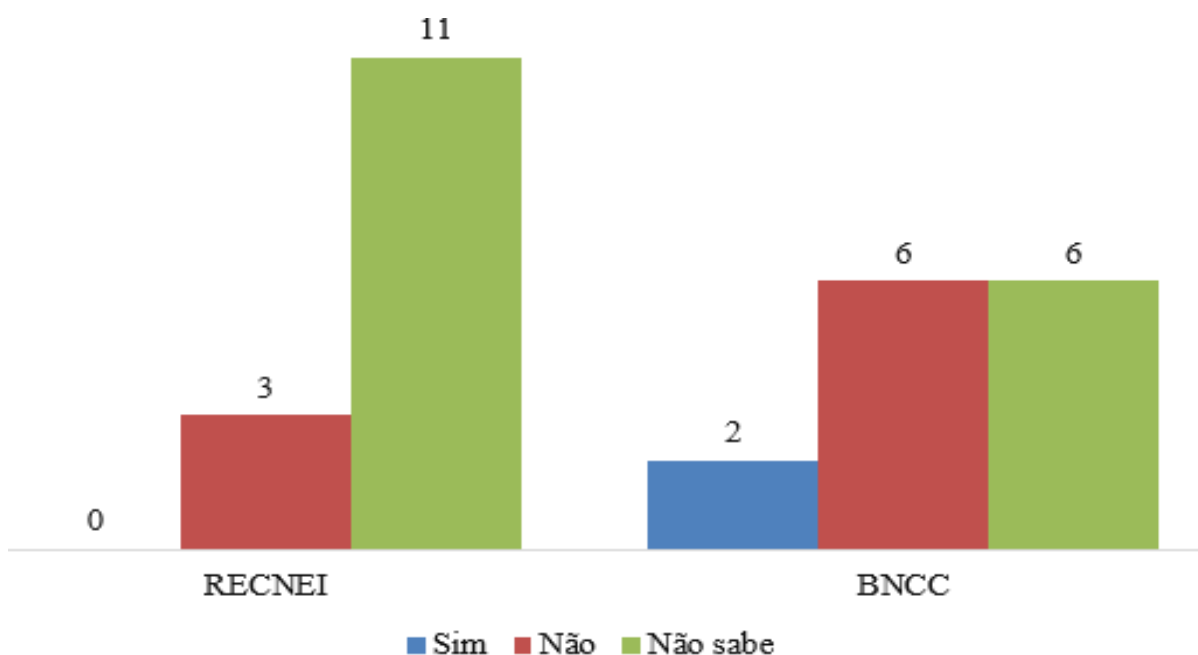
Diferente da temática anterior (expressão da sexualidade), os licenciandos tiveram um posicionamento maior relacionado ao respeito à diversidade. A maioria dos discentes respondeu que o tema está presente no RECNEI e aumenta o número de afirmações com a BNCC. No momento da aula, alguns alunos relataram assinalar a opção “sim” porque o termo tem ligação a palavra “respeito”, o que denota uma das funções das escolas, que é instigar o respeito aos mais variados sujeitos sociais.

O RECNEI (BRASIL, 1998, p. 41) descreve que a inserção do respeito à diversidade no início da escolarização (educação infantil) é uma forma de incitar “[...] a atitude de aceitação do outros em suas diferenças e particularidades”, precisando “[...] estar presente nos atos e atitudes dos adultos que convivem na instituição”. Desta forma, o respeito à diversidade tem o propósito de instigar boa convivência entre os mais variados sujeitos e suas peculiaridades, tais como o de distintos gêneros e sexualidade.

Relacionado a BNCC (BRASIL, 2017), uma das competências gerais da educação básica é a promoção de respeito aos diferentes sujeitos e valores humanos. Todavia, ao realizar uma busca em caça-palavras no documento, utilizando diversidade ou respeito, não se identifica nenhuma menção a sexualidade, sendo encontrado algumas menções voltadas ao gênero, mas

correspondendo ao textual ou cultural. Isso aponta a necessária discussão das mudanças nos documentos, o que vai até mesmo em desencontro da opinião dos licenciando, uma vez que esperavam maior inserção da temática na nova proposta curricular. Em continuação da coleta de informações, o gráfico 3 mostra as percepções sobre identidade de gênero.

Gráfico 3. Percepção dos alunos sobre Identidade de Gênero nos PCN e BNCC.



Fonte: os autores.

A temática identidade de gênero foi a que mais deixou os alunos em dúvida quanto a promoção deste ensino no RECNEI e BNCC. Porém, destaca-se que nenhum dos alunos elencaram a explicitação do tema em destaque no RECNEI, contudo já se apresenta na BNCC. Neste ponto, enfatiza-se inversão da opinião dos alunos com a realidade, pois a temática identidade de gênero esteve presente no RECNEI, “para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher” (BRASIL, 1998, p. 42). Tais pontuações denotam a construção inicial de reversão dos estereótipos sexistas arraigados na sociedade, o que contribui em mudanças de comportamento inicial. Relacionado a BNCC, a temática sexualidade não foi identificada, o que pode ser considerado como prejudicial na promoção de respeito aos divergentes sujeitos.

Em suma dos achados nos gráficos, observa-se, a percepção majoritária dos pesquisados de não haver citação ou não saberem opinar sobre a menção explícita dos termos expressão da sexualidade e identidade de gênero no RECNEI. Essa compreensão pode estar diretamente

ligada ao conhecimento da predominância do tabu e ideais religiosos nos anos 90, o que implicaria na resistência da abordagem desta temática em sala de aula. No entanto, o respeito à diversidade, ligado a ideia de formação cidadã com a palavra respeito no contexto do tópico, de acordo com suas opiniões é citado no RECNEI e intensifica a menção na BNCC, adquirindo maiores respaldos, passando de 8 para 10 afirmações de abordagem do tema.

Segundo Rodrigues e Wechsler (2014), o RECNEI relata sobre a relevância da formação do profissional docente para abordagem sobre sexualidade, sobretudo no que rege a preparação às respostas das crianças da educação infantil, na tentativa de formar cidadãos conhecedores de como lidar adequadamente com o tema na etapa de desenvolvimento infantil. Maia (2017) considera um retrocesso a retirada da sexualidade no currículo das escolas, em pleno século XXI, sendo considerado pela autora como ações conservadoras. Essas discussões intensificam a necessidade dos licenciandos conhecerem a divergência entre os dois documentos, e se posicionarem frente aos escritos.

Apesar de diminuição da opção “não saber” se posicionar diante a referência dos assuntos (expressão da sexualidade, respeito à diversidade e identidade de gênero) ao responder sobre a BNCC, constata-se a opinião afirmativa dos alunos de aparecimento dos termos no documento em destaque, sobretudo a identidade de gênero que não compareceu como forma afirmativa nas respostas do RECNEI, o que indica a percepção destes da inclusão dessas temáticas em sala de aula a partir da BNCC, como uma forma de trabalhar os temas com naturalidade no contexto atual, visto as distintas realidades da sociedade.

Santos e Diniz-Pereira (2016) salientam a precisão da formação dos professores da educação infantil para que conheçam as mudanças nesta etapa de ensino, sobretudo as temáticas na BNCC, em comparação aos documentos antecessores, com o intento de compreender as novas propostas curriculares. Para esses autores, os investimentos públicos deveriam ser direcionados aos cursos superiores para a melhor preparação docente e a materiais com melhores qualidades de ensino, no intuito de formar cidadãos mais conscientes de suas atuações na sociedade. Sobre o processo formativo nas escolas, Louro (1997) fala que estas são de caráter significativo para preparação dos alunos, e se limitam a reproduzir determinados padrões, entre eles a falta de expansão da temática sexualidade a outros aspectos da formação cidadã

É importante ressaltar que após o preenchimento do questionário, os alunos assistiram a aula sobre diferenciação entre os escritos do RECNEI e BNCC voltados a sexualidade. Neste processo, foi perceptível a surpresa dos pesquisados quanto a abordagem da temática sexualidade na educação infantil, mesmo com abordagem apenas biológica. Entretanto, alguns

alunos ressaltaram na aula a necessidade de se abordar a sexualidade em todos os aspectos que circundam a vida, o que foi suprimido no novo documento governamental.

Após resolução sobre suas opiniões quanto aparecimento dos termos nos documentos oficiais, os alunos opinaram se concordavam com a abordagem de temáticas sobre sexualidade na educação infantil. Dos 14 pesquisados, um não soube responder e dois alunos não concordaram com tal inserção, ambos não justificaram seus posicionamentos. No entanto, 11 afirmam a necessidade da inserção da sexualidade neste nível de ensino e justificaram assim suas respostas:

Porque é importante a compreensão sobre o próprio corpo (E2);

Para que não seja visto como um tabu futuramente, que as crianças aprendam que não existe um certo ou errado sobre a sexualidade de alguém e que aprenderam a respeitar as diferenças desde cedo (E3);

Primeiro no seio familiar e a escola atua como coadjuvante nesse processo. Tendo em vista a importância da criança se conhecer e saber que sexualidade não é o ato sexual (E8);

Por se tratar de um tema importante o qual ninguém pode fugir, em algum momento surgem dúvidas sobre si mesmo e sobre o próximo (E14).

Apesar da percepção favorável dos graduandos da inserção do tema sexualidade na educação infantil, percebe-se a relação desta temática apenas com o corpo humano, sendo abordados os órgãos sexuais. Para outros pesquisados, a aplicação da sexualidade deve ocorrer acompanhada dos aprendizados no seio familiar, no tocante da escola tornar-se um meio de moldagem do aluno quanto às definições do termo sexualidade e mudanças na continuação de paradigmas sociais.

Segundo Savernago e Arpini (2016), os pais se limitam a conversar com os filhos apenas sobre prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e gravidez na adolescência, o que resulta às crianças e adolescente buscarem meios de externos de informações ao seio familiar, como a escola. Assim Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) e Amaral *et al.* (2017) destacam a necessidade de pais e professores falarem sobre sexualidade, demonstrando positivismo na abordagem da temática, bem como apresentem uma realidade aos filhos/alunos livre de medo, culpa e preconceito diante as pessoas da sua convivência, além de demonstrarem respeito aos desejos das pessoas que os circundam. Estes apontamentos são fundamentais na reversão da realidade conservadora presente na história social da sexualidade (FOUCAULT, 1988).

Destaca-se também a concepção da importância de inserir o tema sexualidade, como uma forma de estimular o respeito às diferenças entre os distintos sujeitos. Ainda sobre as opiniões de importância da inclusão do tema, detecta-se a justificativa de alguns pesquisados quanto ao envolvimento das crianças no contexto da sexualidade, tendo apenas que desenvolver e acompanhar esse processo ao longo da vida. Essa vertente demonstra a ampliação e interligação por alguns pesquisados do conceito de sexualidade a outros aspectos.

Ao relatar sobre a sexualidade na educação infantil Reis, Muzzeti e Leão (2014) relatam o benefício de moldar o aprendizado das crianças nos meios exteriores a escola, principalmente o repassado pela mídia, na qual tratam o tema com aspecto erotizado, impedindo a naturalidade de conversa com as crianças, característica essa de pessoas conservadoras. Para esses autores, a educação apresenta caráter significativo na sensibilização das crianças para atitudes consigo mesmas e respeito ao próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto, observa-se a falta de conhecimento correto dos pesquisados, principalmente no que rege ao RECNEI, documento mais antigo, e a BNCC, propiciando contato nas escolas e a formação/reestruturação da matriz curricular das universidades, o que denota a necessidade de ações mais específicas das instituições de ensino superior, assim como busca de informações pelos licenciandos para aprofundamento da temática.

Essa necessidade se intensifica com a entrada atual nos estágios supervisionados e a proximidade na conclusão de curso dos discentes, visto a composição do curso de 8 semestres e a disciplina de ensino de ciências ofertada no 7º semestre, apontando assim a necessidade de atividades institucionais, como a proposta de debate pelo docente, para informação discente. No quesito de discussões disciplinares na instituição investigada, ressaltamos que há uma disciplina optativa relacionada à Educação Sexual na Escola e Educação em Direitos Humanos.

Quanto a opinião dos acadêmicos sobre a inclusão da temática sexualidade na educação infantil, esses consideram importante tal inserção. No entanto, constata-se as percepções limitadas dos pesquisados, uma vez que esses associam o termo sexualidade ao corpo humano (aspectos morfofisiológicos), o que denota necessidade de ampliação dos conceitos de sexualidade. Ademais, outros pesquisados associam adequadamente o tema a sua definição, mesmo com a indicação de restringir as falas de sexualidade apenas no seio familiar.

Assim, corrobora-se a necessidade dos investimentos públicos nas instituições de ensino superior para formação dos licenciandos, construindo seus caracteres sociais para inserção em sociedade e nas suas etapas de ensino. Consideramos também importante elencar o contexto de experiência dos nossos pesquisados, vivenciando as propostas de sexualidade no RECNEI e PCN quando atuaram na educação básica, colaborando para formação de seus conceitos, porém estes sujeitos ainda apresentarem dificuldades ao se posicionar sobre a presença destas informações e importância na preparação dos indivíduos.

Agora, teremos a geração de novos grupos sociais sem a abordagem da temática sexualidade nas escolas, principalmente acompanhando a trajetória de vida, conseqüentemente, com ausência da abordagem de conceitos, informações e questionamentos de assuntos ligados a esse tema tão importante para o desenvolvimento dos cidadãos, superação de preconceitos e valorização do respeito à diversidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências (GEPENCI/UFC) pelos momentos valiosos de discussão. Agradecemos também a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. M. S.; SANTOS, D.; PAES, H. C. S.; DANTAS, I. S.; SANTOS, D. S. S. Adolescência, gênero e sexualidade: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 6, n. 1, 2017.

BRASIL, Ministério da Casa Civil. **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, 1990.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Parecer CNE/CP 1/2006, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 57, n. 5, 2004.

CERISARA, A. B. O referencial curricular nacional para a educação infantil no contexto das reformas. **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 326-345, 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. v. 1. A vontade de saber. 13ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1988. 149 p.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, 2013.

LEÃO, A. M. C; RIBEIRO, P. R. M. A (in) Existência da sexualidade no curso de pedagogia: o currículo oculto em evidência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. v. 8, n. 1, 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.

MAIA, M. M. M. **Gênero no contexto escolar da educação infantil: produções institucionais (RECNEI e BNCC)**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/CCH) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista Histedbr on-line**, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2009.

REIS, F.; MUZIZETI, L. R.; LEÃO, A. M. C. Sexualidade e infância: Contribuições da educação sexual em face da erotização da criança em veículos midiáticos. **Revista Contrapontos**, v. 14, n. 3, 2014.

RODRIGUES, C. P.; WECHSLER, A. M. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, v. 1, n. 1, 2014.

SANTOS, L. L. C. P.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Tentativas de Padronização do Currículo e da Formação de Professores no Brasil. **Cad. Cedes**, v. 36, n. 100, 2016.

SAVEGNAGO, S. D. O.; ARPINI, D. M. Diálogos sobre sexualidade na família: reflexões a partir do discurso de meninas. **Psicologia Argumento**, v. 32, n. 76, 2014.